



EDIÇÃO 214 NOVEMBRO 2019

**DECISÃO**

Amagis  
divulga  
atuação dos  
magistrados

PÁGINA 6

Faculdades  
oferecem  
descontos a  
associados

PÁGINA 9

Domingo  
no Parque  
recebe  
crianças

PÁGINA 17



Receba informações da Amagis pelo Whatsapp ou Telegram  
(31) 99881-4367



Envie-nos uma mensagem solicitando a inclusão na lista



Rua Albita, 194 - Cruzeiro - Belo Horizonte MG CEP 30.310-160

## LEI DA IMPUNIDADE

# Ministro confirma inconstitucionalidades

PÁGINA 7

GEORGIA BAÇVAROFF



Advogado atende a associados da capital e, por meio da internet, os do interior

## APOSENTADORIA

Associação  
contratou  
escritório de  
advocacia  
especializado  
para orientar  
associados sobre  
as mudanças na  
aposentadoria.

PÁGINAS 3 A 6

## Associações atuam por emendas na Previdência

PÁGINA 6

**+SAÚDE!**

PLANO MOBILIZA MAGISTRADAS COM  
A CAMPANHA OUTUBRO ROSA

PÁGINA 22

# ESFORÇO CONJUNTO CONTRA A INTIMIDAÇÃO E O RETROCESSO

POR ALBERTO DINIZ\*

**“Nessa empreitada, não estamos sozinhos, e queremos a participação de toda a sociedade, última destinatária de um Sistema de Justiça independente”**

Como tem sido nesses 64 anos de atuação permanente e dedicada à Magistratura, a Amagis integra o esforço conjunto das Associações contra os graves riscos de intimidação ao Sistema de Justiça autorizados pela “Lei da Impunidade” [13.869/19]. Nesse período, atuamos em diversas frentes em favor da valorização da Magistratura e do aperfeiçoamento do Judiciário, mas também contra os retrocessos, que, agora, mais uma vez, nos ameaçam.

De maneira intransferível, permanecemos e estamos vigilantes, especialmente nesse momento em que há uma campanha para intimidar, enfraquecer e impedir a atuação independente do Judiciário e do Ministério Público. Daí a necessidade premente de se buscar, perante o STF, a correção das inconstitucionalidades formal e material constatadas na chamada lei de abuso de autoridade.

Nessa mobilização conjugada, três ações [ADIs] contestam, no Supremo, vários artigos dessa norma, que, além de

corroer a independência, fragiliza a atuação dos órgãos que integram o sistema e combatem o descumprimento de direitos fundamentais e outras graves ilegalidades.

Em parecer jurídico elaborado a pedido da AMB, o ministro aposentado do STF, Carlos Ayres Britto, confirmou que a lei inibe a prestação jurisdicional e a independência do magistrado, que se vê criminalizado por uma interpretação dada à norma geral. “Nenhum diploma jurídico infraconstitucional pode ter a pretensão de ditar as coordenadas mentais do juiz-juiz, ou instância judicante colegiada, para conhecer do descritor e do prescritor dessa ou daquela norma geral a aplicar por forma tipicamente jurisdicional”, apontou o eminente ministro.

O documento foi apresentado ao ministro Celso de Mello, relator da ADI 6.236 ajuizada pela AMB, em 28 de setembro. As outras ações foram iniciativas da Conamp e da Ajufe.

Não estamos sozinhos nessa empreitada, e queremos a participação de toda a sociedade, destinatária final de um Sistema de Justiça independentes. Por isso, é dever da Magistratura, através de suas Associações, liderar campanhas de esclarecimento por meio de novas ações de comunicação como também participar de ato público. Em ambos os casos, o objetivo é alertar autoridades e a sociedade sobre os riscos de intimidação e retrocesso que a nova lei representa.●

[\*] Presidente da Amagis

## ÍNDICE



- Magistrados recebem consultoria sobre a Previdência **PÁG 03**
- Saiba como ficaram as regras da aposentadoria **PÁG 04**
- Atuação por aprovação de emendas na PEC Paralela **PÁG 06**
- Amagis valoriza e divulga atuação dos magistrados **PÁG 06**
- Ministro confirma inconstitucionalidade **PÁG 07**
- Audiência de custódia não é liberalidade **PÁG 08**
- Revista do TJMG visa à atualização dos juízes **PÁG 08**
- Convênios garantem descontos **PÁG 09**
- Entrevista: Juíza Roberta Rocha **PÁG 10**
- Minas Gerais recebe a 1ª Apac Juvenil do mundo **PÁG 12**

- O papel das avaliações técnicas na Execução Penal **PÁG 14**
- Capital Inicial levará nova turnê ao Congraçamento **PÁG 15**
- Alta temporada Carnaval 2020 **PÁG 16**
- Domingo no Parque tem festa para as crianças **PÁG 17**

## +SAÚDE!

- Plano mobiliza magistradas com a campanha Outubro Rosa **PÁG 22**
- Cuidados simples evitam doenças nos olhos **PÁG 24**

### PRESIDENTE

Desembargador Alberto Diniz Junior

#### Vice-presidente Administrativo:

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

#### Vice-presidente Financeira:

Juiza Luzia Divina de Paula Peixoto

#### Vice-presidente de Saúde:

Juiza Rosimere das Graças do Couto

#### Vice-presidente dos

#### Aposentados e Pensionistas:

Juiza Marli Maria Braga Andrade

#### Vice-presidente do Interior:

Juiz Paulo Fernando Naves de Resende

#### Vice-presidente

#### Sociocultural-Esportivo:

Juiz Jorge Paulo dos Santos

#### Diretora-Secretária:

Juiza Ivone Campos Guillarducci Cerqueira

#### Diretor-Subsecretário:

Juiz Evandro Cangussu Melo

#### Diretora de Comunicação:

Juiza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro



Rua Albita, 194 · Cruzeiro - Belo Horizonte · MG - Telefax: [31] 3079-3499  
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

#### Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo ·  
Mtb - MG: 11008

#### Jornalistas:

Georgia Baçvaroff · Mtb - MG: 08441  
Fernanda Marques · Mtb - MG: 12188  
Tiago Parrela · Mtb - MG: 14634  
Izabela Machado · Mtb - MG: 11210

#### Projeto Gráfico:

Agência Graffo

#### Diagramação:

Publicare Design

#### Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

# Magistrados recebem consultoria personalizada sobre a Previdência

## Associação contratou escritório de advocacia especializado

FOTOS: IZABELA MACHADO



**Advogado Marcelo Barroso esclarece sobre as novas regras de aposentadoria ao desembargador Sálvio Chaves**

**A Amagis iniciou, no dia 8 de outubro, as consultas jurídicas individuais e personalizadas. Os associados receberam orientação do advogado Marcelo Barroso, do escritório de Advocacia Brito Campos, contratado pela Associação, sobre a própria aposentadoria e as mudanças no regime previdenciário.**

Para esclarecer dúvidas gerais, e em tese sobre a Previdência, o advogado Marcelo Barroso também respondeu a dez perguntas enviadas por associados (leia as respostas nas páginas seguintes). Outras 20 questões serão respondidas até o fim de novembro. O material ficará disponível no site da Amagis.

O desembargador Sálvio Chaves foi atendido logo no primeiro dia de consultas e aprovou a iniciativa da Associação. “Essa ação da Amagis, de proporcionar aos magistrados um atendimento personalizado sobre um tema de tamanha relevância, demonstra a preocupação da diretoria de apresentar aos associados as melhores opções diante do cenário previdenciário atual e do que está por vir”, afirmou o magistrado.

O desembargador Paulo Calmon Nogueira da Gama destacou que a consultoria veio em um momento bastante oportuno. “Essa foi uma medida digna

de aplausos por nos propiciar um atendimento especializado em um momento tão importante. Com os esclarecimentos sobre a reforma da Previdência e seu alcance, podemos nos planejar melhor”, disse o desembargador.

Para a juíza Maria Luíza de Andrade Rangel Pires, as informações recebidas durante a consulta serão fundamentais para embasar sua decisão sobre a aposentadoria. “Esclareci uma série de dúvidas sobre meu tempo de contribuição e fui informada sobre benefícios que já poderia ter requerido. É um serviço totalmente útil”, ressaltou a juíza.

### CONSULTAS

Os atendimentos são realizados, na sede da Amagis, até o dia 26 de novembro, de acordo com cronograma previamente divulgado. Os associados do interior realizam as consultas pela internet.

Todos os horários já foram preenchidos. O magistrado que desejar colocar seu nome na lista de espera deve ligar para o número (31) 3079-3498 e falar com Anderson.

Essa iniciativa faz parte de uma série de ações da Amagis, que, juntamente com a AMB e a Frentas, tem trabalhado desde o início do ano para debater pontos da reforma da Previdência que impactam a Magistratura e evitar retrocessos com a aprovação do texto. ●



**Marcelo Barroso e a juíza Maria Luíza Rangel**

# Saiba como ficaram as regras da nova aposentadoria

## DECISÃO reúne principais dúvidas apresentadas e respostas

**C**om a finalidade de esclarecer os magistrados mineiros sobre situações em tese referentes à nova Previdência, o jornal DECISÃO, com a orientação do advogado Marcelo Barroso, do escritório de advocacia Brito Campos, selecionou os principais questionamentos apresentados pelos associados nas consultas realizadas na Amagis. No entanto, as perguntas e respostas abaixo relacionadas não dispensam a análise de casos concretos para um diagnóstico mais preciso.

### **A promulgação da PEC 6/2019 trará alguma mudança para os já aposentados?**

Com relação a regras e valor do benefício não haverá alteração. Nesse sentido estão preservados os direitos adquiridos.

Haverá alteração com relação às acumulações de benefícios. O §6º, do art. 40, passará a proibir acumulação de benefícios nos termos do RGPS e o art. 24 dispõe sobre o tema nos seguintes termos:

Art. 24. É vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro, no âmbito do mesmo regime de previdência social, ressalvadas as pensões do mesmo instituidor decorrentes do exercício de cargos acumuláveis na forma do art. 37 da Constituição Federal.

§ 1º Será admitida, nos termos do § 2º, a acumulação de:

I - pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social com pensão por morte concedida por outro regime de previdência social ou com pensões decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal;

II - pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social com aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou de regime próprio de previdência social ou com proventos de inatividade decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal; ou

III - pensões decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal com aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou de regime próprio de previdência social.

§ 2º Nas hipóteses das acumulações previstas no § 1º, é assegurada a percepção do valor integral do benefício mais vantajoso e de uma parte de cada um dos demais benefícios, apurada cumulativa-

mente de acordo com as seguintes faixas:

I - 60% [sessenta por cento] do valor que exceder 1 [um] salário mínimo, até o limite de 2 [dois] salários mínimos;

II - 40% [quarenta por cento] do valor que exceder 2 [dois] salários mínimos, até o limite de 3 [três] salários mínimos;

III - 20% [vinte por cento] do valor que exceder 3 [três] salários mínimos, até o limite de 4 [quatro] salários mínimos; e

IV - 10% [dez por cento] do valor que exceder 4 [quatro] salários mínimos.

§ 3º A aplicação do disposto no § 2º poderá ser revista a qualquer tempo, a pedido do interessado, em razão de alteração de algum dos benefícios.

§ 4º As restrições previstas neste artigo não serão aplicadas se o direito aos benefícios houver sido adquirido antes da data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional.

§ 5º As regras sobre acumulação previstas neste artigo e na legislação vigente na data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional poderão ser alteradas na forma do § 6º do art. 40 e do § 15 do art. 201 da Constituição Federal.

### **Quem já preencheu todas as condições para aposentadoria com integralidade e paridade, e não pretenda se aposentar agora, terá algum prejuízo?**

Todas as reformas constitucionais da previdência, especialmente a EC 20/98 [art. 3º] e EC 41/03 [art. 3º] preservaram o direito adquirido, entendendo como tal aquele em que o segurado reuniu os requisitos para se aposentar antes das alterações, mesmo não a tendo requerido, podendo requerer a aposentadoria a qualquer tempo, após a promulgação das emendas. O STF vem respeitando esse direito adquirido. A PEC 6/2019 contempla o mesmo entendimento [art. 4º] para o servidor federal. O estadual ainda não, porquanto depende de reforma estadual ou da promulgação da PEC 133/2019 [paralela].

***O magistrado que ingressou na Magistratura depois de 31/12/2004 (data promulgação da EC 41/03) e que já exercia cargo público concursado antes desta data, enquadra-se em qual situação atualmente?***

O magistrado nessas condições tem direito às regras convencionais do art. 40 e às regras de transição previstas na EC 41/03 [art. 2º - proventos calculados por média e reajuste por lei específica e art. 6º - proventos integrais e reajuste pela paridade], desde que não tenha ocorrido solução de continuidade no serviço público. Esses artigos de transição serão revogados com a promulgação da PEC 6/2019 para os servidores federais. Para os estaduais, continuam valendo até que, por lei estadual, o Estado adote as regras dos servidores federais ou próprias [art. 36, II c/c art. 35, III].

***O magistrado estadual que implementaria todos os requisitos para se aposentar após a promulgação da PEC 6/2019, estimada para outubro/2019, será atingido por ela?***

A promulgação da PEC 6/2019 não atinge imediatamente os magistrados estaduais, com relação às regras de aposentadoria voluntária, pois atinge somente os servidores federais, em primeiro momento. Somente com a alteração da legislação estadual que o Estado de Minas Gerais poderá aplicar aos seus servidores e membros de poder as regras da PEC 6/2019 [art. 36, II].

***A reforma da previdência acaba com o abono permanência?***

Atualmente, o abono de permanência é uma vantagem pecuniária paga a quem se encontra em atividade e já reuniu requisitos para aposentadoria voluntária, no valor de 11% da base de contribuição, exatamente equivalente ao valor da contribuição previdenciária. Com a reforma não há previsão de extinção formal do benefício mas passa a limitar seu o valor, ao máximo, no valor da contribuição previdenciária, resultando na possibilidade de ter reduzido o seu valor, ressaltando situações daqueles que já o recebem.

***Como fica a situação da pensão por morte?***

Em princípio será tratada nos termos da lei do respectivo ente federado (§7º, do art. 40, PEC 6/2019).

Estabelece novas regras na acumulação das pensões, vide resposta à pergunta 1

Apenas para referência veja como ficou para os **servidores federais:**

- a) será concedida a dependente equivalente a uma cota familiar de 50% [cinquenta por cento] do valor da aposentadoria recebida pelo servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de 10 [dez] pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% [cem por cento].
- b) As cotas por dependente cessarão com a perda dessa qualidade e não serão reversíveis aos demais dependentes, preservado o valor de 100% [cem por cento] da pensão por morte quando o número de dependentes remanescente for igual ou superior a 5 [cinco]
- c) Na hipótese de existir dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão por morte de que trata o caput será equivalente a: I - 100% [cem por cento] da aposentadoria recebida pelo segurado ou servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, até o limite máximo de benefícios do Regime Geral de Previdência Social; e II - uma cota familiar de 50% [cinquenta por cento] acrescida de cotas de 10 [dez] pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% [cem] por cento, para o valor que supere o limite máximo de benefícios do Regime Geral de Previdência Social
- d) O tempo de duração da pensão por morte e das cotas individuais por dependente até a perda dessa qualidade, o rol de dependentes e sua qualificação e as condições necessárias para enquadramento serão aqueles estabelecidos na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Lei do  
Abuso de Autoridade  
é  
Lei da  
IMPUNIDADE

 leidaimpunidade

 judiciarioindependente

 AMAGIS  
ASSOCIAÇÃO  
DOS MAGISTRADOS  
MINEIROS



# Associações atuam por aprovação de emendas na PEC Paralela

## Mobilização é mantida mesmo após aprovação no Senado

**Com a aprovação da reforma da Previdência em segundo turno no Senado Federal, em votação realizada no dia 22 de outubro, a Amagis, AMB e Associações de classe reunidas na Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) intensificaram a atuação pela aprovação das emendas à Proposta de Emenda Constitucional 133/2019, conhecida como PEC paralela da Previdência.**

As propostas de emenda consti-

tucional foram apresentadas pelas Associações, por meio da Frentas, no dia 18 de setembro e referem-se ao cálculo dos benefícios do regime próprio de Previdência Social da União e do Regime Geral de Previdência Social, regras para aposentadoria, alíquota de contribuição e pensão por morte.

Na justificativa apresentada junto com as emendas, as Associações argumentam, por exemplo, que o texto é equivocado quando sugere que, para cálculo

do benefício previdenciário da aposentadoria, sejam consideradas todas as contribuições em sua totalidade, isto é, seja levado em conta 100% dos valores dos salários de contribuições para que seja ponderado o valor do benefício.

As Associações também criticaram as regras de aposentadoria dos servidores públicos trazidas no texto, por elas consideradas extremamente duras, principalmente com aqueles que estão próximos de se aposentar.●

# Amagis valoriza e divulga atuação dos magistrados

## Matérias especiais são veiculadas nas redes sociais da Amagis

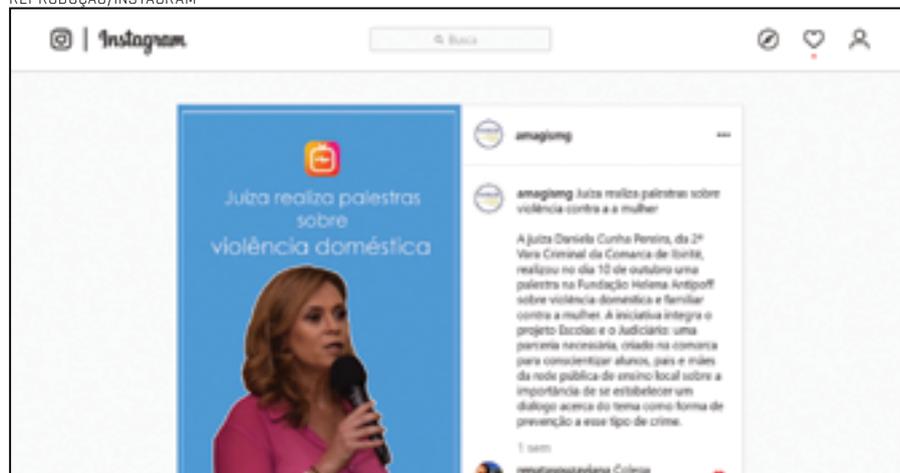
**Além da defesa dos direitos da classe, na interlocução com os Três Poderes, em Brasília e Minas Gerais, a Amagis, por meio de sua Assessoria de Comunicação, tem produzido uma série de reportagens, entrevistas e matérias especiais, a fim de valorizar o trabalho da Magistratura mineira.**

O conteúdo é divulgado nas redes sociais da Associação [Instagram, WhatsApp, Facebook e Youtube], publicado no jornal DECISÃO e apresentado como sugestão de pauta para os veículos de imprensa, que tenham interesse em repercutir a atuação dos magistrados mineiros em suas respectivas comarcas.

Exemplo disso foi a publicação na Gazeta de Itaúna e nos sites Migalhas, Ilhéus Notícias e Bahia Notícias das audiências de interdição promovidas pelo juiz auxiliar da Comarca de Vespasiano (Grande BH), Gustavo Corte Real, na residência de idosos com problemas de saúde.

Sobre o tema audiência de custódia, a Assessoria de Comunicação da Amagis veiculou em suas redes sociais uma entrevista com a juíza auxiliar da Comarca de Belo Horizonte, Fabiana Cardoso Gomes Ferreira. A magistrada esclareceu

REPRODUÇÃO/INSTAGRAM



**Juíza Daniela Cunha Pereira profere palestra sobre violência doméstica**

que as audiências de custódia não têm como finalidade colocar os presos em liberdade, como criticam alguns setores.

Segundo o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, a divulgação dessas matérias é uma forma de demonstrar para a população a relevância social do trabalho da Magistratura e o seu impacto na vida dos cidadãos.

Nessa etapa inicial, já foram divulgadas informações sobre os de-

safios enfrentados pelos juízes que atuam nas varas de tóxicos da capital, a inauguração da primeira Apac Juvenil na Comarca de Frutal (Pontal do Triângulo), a função social das audiências de custódia e a integração entre o Judiciário e as escolas da Comarca de Ibirité. Sugestões de pauta podem ser enviadas para o e-mail [imprensa@amagis.com.br](mailto:imprensa@amagis.com.br).  
**Leia mais na página 8.●**

# Ministro aposentado do STF confirma inconstitucionalidade

## AMB prepara campanha de esclarecimento à população

Ao mesmo tempo em que prepara a campanha contra a Lei de Impunidade, a AMB, com o apoio das Associações estaduais de magistrados, como a Amagis, mantém a atuação institucional na qual questiona a constitucionalidade da Lei 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade cometidos por agentes públicos. Para as Associações, a nova norma é tratada como a Lei da Impunidade. A realização de um ato nacional foi marcada para o dia 12 de dezembro, em Brasília, acompanhado de atos regionais nos estados.

No campo jurídico, as Associações, representadas pela AMB, ingressaram como uma Ação Direta de Inconstitucionalidade [ADI] 6.236 no STF, questionando 11 dispositivos da nova lei. No dia 16 de outubro, o presidente da AMB, Jayme de Oliveira, teve uma audiência como o relator da ADI, ministro Celso de Mello, do STF, ao qual também foi entregue parecer do ministro aposentado do STF, Ayres Britto. No documento, solicitado pela AMB, Britto aponta inconstitucionalidades em dispositivos da Lei 13.869/2019.

No que se refere ao esclarecimento da sociedade sobre a insegurança jurídica trazida com a nova lei, o presidente

AMB



Ministro aposentado Ayres Britto e representantes da AMB

Jayme de Oliveira participou do painel "O impacto da nova Lei de Abuso de Autoridade no Sistema de Justiça Criminal: controvérsias e reflexões", promovido no Fórum Criminal da Barra Funda, em São Paulo, no dia 21 de outubro.

Segundo o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, a articulação entre o diálogo institucional e o esclarecimento da sociedade é parte da estratégia das Associações de classe para reverter os efeitos negativos da aprovação da Lei da Impunidade.

Na petição, a AMB pede a declaração de inconstitucionalidade dos artigos 9º [parágrafo único, I, II, III], 10º, 19º, 20º, 27º e seu parágrafo único, 30º, 32º, 33º, 36º, 37º e 43º.

De acordo com os dirigentes associativos, esses dispositivos ferem os princípios da independência judicial, da segurança jurídica [do ponto de vista subjetivo], da confiança legítima, intervenção penal mínima, proporcionalidade e viola o princípio constitucional da tipicidade dos delitos. ●

## HOSPEDAGEM NO CAMT

O preço das diárias de hospedagem no Centro de Apoio ao Magistrado em Trânsito (CAMT) da Amagis, em Belo Horizonte, foi reduzido pela metade, passando de R\$ 120,00 para R\$ 60,00 por tempo indeterminado por decisão da diretoria.

Mais informações no Deacap: (31) 3079-3451



# Audiência de custódia não é liberalidade

## Juíza esclareceu pontos controversos do procedimento

**Em prática desde 2015 em Minas Gerais, a audiência de custódia ainda gera dúvidas na população que, por alguma razão, vê na medida uma suposta liberalidade com a qual alguns presos são colocados em liberdade, como observou a juíza auxiliar de BH Fabiana Cardoso Gomes Ferreira, que atua na Central de Flagrantes da Capital.**

Segundo a magistrada, essa liberalidade não ocorre na realidade, pois, na audiência de custódia, os magistrados avaliam elementos como a efetiva necessidade de manutenção da prisão preventiva. É analisado, por exemplo, a gravidade do crime cometido e, se em sua vida pgressa, a

pessoa autuada em flagrante tem condutas criminosas reiteradas, para que a prisão preventiva seja efetivamente decretada.

A Resolução 213/2015 do CNJ determina ainda que os juízes verifiquem a hipótese de gravidez, existência de filhos ou dependentes da pessoa presa em flagrante de delito, histórico de doença grave, incluídos os transtornos mentais e a dependência química. Feita essa averiguação, os magistrados devem analisar o cabimento de encaminhamento assistencial e da concessão da liberdade provisória, sem ou com a imposição de medida cautelar.

Para a juíza Fabiana, adotadas as medidas cautela-

REPRODUÇÃO/YOUTUBE AMAGIS



**Fabiana Ferreira em audiência de custódia**

res em substituição à prisão preventiva, quando possível, a audiência de custódia tem um alcance além da própria lei, pois, de acordo com ela, muitos presos demonstram ter grande vulnerabilidade social, como as pessoas em situação de rua.

Na avaliação da magistrada, a medida cautelar dá

ao juiz a possibilidade de direcionar a pessoa para o atendimento no sistema de saúde de cada município, ou até mesmo encaminhar ao tratamento de dependência química. "As medidas cautelares, muitas vezes, têm um alcance maior na própria vida e saúde do acautelado", ponderou.●

# Revista do TJMG visa à atualização dos juízes

## Publicação reúne entendimentos sobre demandas repetitivas

**Com palestra proferida pelo presidente do STJ, ministro João Otávio de Noronha, o TJMG lançou, no dia 3 outubro, a Revista de Precedentes Qualificados. A publicação reúne Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs), Incidentes de Assunção de Competência (IACs), Grupos de Representativos enviados ao STJ e Súmulas do TJMG.**

Com a publicação, o Tribunal mineiro pretende atualizar os magistrados sobre os entendimentos firmados de demandas repetitivas e demais formas de uniformização de jurisprudência nos Tribunais.

Em sua palestra, o ministro Noronha destacou que o Código de Processo Civil deu força vinculante às súmulas e decisões do STJ em série de recursos repetitivos.

O presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias, observou que o TJMG promoveu alterações em seu Regimento Interno, logo após edição do Novo Código de Processo Civil. A medida criou mecanismo para acelerar a decisão dos julgados e diminuir o número de decisões discordantes por meio do sistema de precedentes, obtendo bons resultados.

Para o presidente da

TIAGO PARRELA



**Presidente do STJ prestigiou lançamento no TJMG**

Amagis, desembargador Alberto Diniz, que participou do lançamento da revista, a iniciativa demonstra o comprometimento do TJMG em promover avanços na prestação jurisdicional. Segundo o desembargador Afrânio

Vilela, 1º vice-presidente do Tribunal, o resultado da aplicação dos precedentes é mais celeridade, eficiência, segurança jurídica, no sentido de julgar de forma igual e mostrar à sociedade o entendimento do Tribunal.●

# Convênios garantem descontos na graduação e pós-graduação

## Parceria entre a Amagis e instituições beneficiam magistrados

DIVULGAÇÃO/DOM HELDER



**Convênio com a Dom Helder Câmara oferece descontos especiais para filiados à Amagis**

**Com o intuito de ampliar o incentivo à formação permanente dos magistrados, a Amagis mantém convênios com instituições de ensino superior que oferecem descontos e condições especiais para os associados. Os benefícios alcançam cursos de graduação e pós-graduação, como especializações, MBA [Mestre em Administração em Negócios, da tradução livre do inglês], mestrado e doutorado.**

Uma das instituições conveniadas é a PUC-Minas, que oferece, em algumas das suas unidades da capital, da região

metropolitana e do interior, descontos de 20% para aqueles que ingressam na graduação e dedução de 15% para aqueles que ingressarem na pós-graduação. Na PUC-MG, o benefício não é válido para aqueles que já estão inscritos nos cursos.

A UNI-BH oferece descontos de 30% no valor da mensalidade dos cursos de bacharelado, licenciatura e tecnólogo, exceto na habilitação em medicina, dedução de 20% nas pós-graduações em lato sensu e abate 10% no valor mensal dos cursos de curta duração.

No campo da Filosofia e Teologia,

a Faje [Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia] oferece descontos de 20% na graduação e pós-graduação. O Isela [Instituto de Educação Superior Latino-Americano] dá descontos de até 40% na matrícula e de até 10% nas mensalidades, nos cursos de mestrado, doutorado e pós-doutorado, nas áreas de educação, jurídica, humanas e de negócios.

A Escola Superior Dom Helder Câmara também oferece condições especiais para filiados à Amagis. *Veja abaixo os contatos das instituições de ensino superior conveniadas à Associação.* ●

### CONVÊNIO

● **Escola Superior Dom Helder Câmara**

Condições especiais para filiados da Amagis nos cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado em Direito.

**Telefone:** [31] 2125-8800

**Endereço:** Rua Álvares Maciel, 628, Santa Efigênia, Belo Horizonte - MG

**Site:** domhelder.edu.br

● **UNI-BH**

Descontos de 30% no valor das mensalidades dos cursos de graduação [bacharelado, licenciatura e tecnólogo], exceto

medicina, 20% nos cursos de graduação lato sensu e 10% nos cursos de curta duração.

**Telefone:** [31] 3319-9555

**Endereço:** Av. Prof. Mário Werneck, 1.685, Estoril, Belo Horizonte - MG

**Site:** unibh.br

● **PUC-MINAS**

Descontos de 20% sobre o valor das semestralidades nos cursos de graduação presencial ou a distância. Dedução de 15% sobre as parcelas dos cursos de

pós-graduação lato sensu, presenciais ou a distância.

**Telefones:** [31] 3319-4427 ou [31] 3319-4397

**Unidades:** Coração Eucarístico, São Gabriel, Betim, Contagem, Uberlândia e Poços de Caldas

**Site:** puminas.br

● **Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia**

Desconto de 20% para os cursos de bacharelado em filosofia e teologia e para os cursos de pós-graduação Lato Sensu

**Telefone:** [31] 3115-7000

**Endereço:** Av. Dr. Cristiano Guimarães 2.127, Planalto, Belo Horizonte - MG

**Site:** facultadejesuita.edu.br

● **Instituto de Educação Superior Latino-Americano**

Até 40% de desconto na matrícula e nas mensalidades para os cursos das áreas de educação, jurídica, humanas, no mestrado, pós-doutorado e MBA.

**Telefone:** [31] 2513-8800

**Endereço:** Av. Miguel Perrela, 698, Castelo, Belo Horizonte - MG

**Site:** iesla.com.br

# Juíza Roberta Rocha



COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO TRE-MG

**A** cada novo pleito, como as eleições municipais de 2020, o TRE-MG, por meio da Escola Judiciária Eleitoral Ministro Sálvio de Figueiredo, busca atualizar a formação dos magistrados e servidores que atuam na Justiça eleitoral mineira. No entanto, como observou a juíza Roberta Rocha Fonseca, diretora executiva da Escola, as ações da instituição são permanentes e visam à aproximação da Justiça Eleitoral com a população e a promoção da cidadania.

## **Quais os parâmetros e iniciativas adotados pela Escola Judiciária Eleitoral na formação dos magistrados?**

A Escola observa os parâmetros normativos do Conselho Nacional de Justiça, do Tribunal Superior Eleitoral e da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. Os eixos de atuação adotados compreendem a formação inicial e continuada de magistrados e servidores, formação de gestores do TRE-MG e de formadores de magistrados, servidores, jovens e eleitores. Inclui a realização projetos de pesquisa, extensão e publicações, de programas de integração de novos servidores, ações em escolas e a promoção de visitas técnicas à sede do TRE-MG.

## **Quais os principais temas devem ser abordados na formação de magistrados e servidores visando às eleições municipais?**

Os principais temas a serem tratados, tanto com magistrados quanto com servidores e demais colaboradores, são: Gestão da Eleição, Logística das Eleições, Rotinas Cartorárias, Segurança da Informação, Combate à Desinformação, Segurança do Processo Eletrônico de Votação, PJE, Registro de Candidatos, Mesários, Acessibilidade, Cidadania, Propaganda Eleitoral, Horário Eleitoral, Ações Cíveis Eleitorais, Ações Penais Eleitorais, Prestação de Contas e Sistemas Eleitorais.

## **Além da formação de magistrados e servidores, como a Escola atua para aproximar o TRE-MG dos cidadãos?**

A Escola relaciona-se com o público externo por meio de projetos como o 'Câmara Mirim', desenvolvido em parceria com a Câmara Municipal de Belo Horizonte, cujo público alvo são estudantes do ensino fundamental da rede municipal, estadual e particular de ensino; o 'Conhecendo a Justiça Eleitoral', a partir do qual alunos do estudo superior podem conhecer melhor sobre o processo eleitoral em visitas ao TRE-MG. Há projetos

que são desdobrados a fim de ampliar a relação do Tribunal com a sociedade como o Eleitor do Futuro, criado em 2002 pelo ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, que desenvolve ações nas zonas eleitorais, aborda projetos inovadores, capacita professores da rede pública e universitários por meio de atividades de extensão.

## **Quais os principais temas tratados nas atividades de educação cidadã promovidas pela Escola?**

São discutidas questões como a segurança e a credibilidade do sistema de voto eletrônico, a educação digital e o combate às *Fake News*, consequências jurídicas da abstenção, do voto branco e do voto nulo, funcionamento do sistema proporcional, combate à compra e venda de votos, história da Justiça Eleitoral e do voto no Brasil. Também são apresentados os canais de comunicação e denúncia da Justiça Eleitoral, além do alistamento eleitoral.

## **O que busca a Escola com a promoção da educação cidadã?**

A Escola visa à compreensão da cidadania como disposição para a participação e transformação da vivência político-social. Dessa forma, busca-se o entendimento de que todas as pessoas têm o direito de protagonizar a construção de sua vivência social, razão pela qual devem ser continuamente incluídas nos processos de tomada de decisão.

## **Como a Escola avalia o retorno da população sobre as iniciativas de formação cidadã?**

Como a maioria dos projetos da Escola foram submetidos a avaliação dos participantes, podemos dizer que o retorno da população tem sido extremamente satisfatório e positivo. Além disso, temos procurado compilar as sugestões para aprimorarmos cada vez mais o desempenho, alcance e qualidade das ações de cidadania. ●

# Realize LEILÃO com quem é AUTORIDADE no assunto



jonasleiloeiro.com.br



fernandoleiloeiro.com.br



lucasleiloeiro.com.br

## ESPECIALISTAS NA REALIZAÇÃO DE LEILÃO ONLINE



### Confira Nossa Agenda de Leilões

SEXTA-FEIRA NOVEMBRO 01  CASEMG	QUARTA-FEIRA NOVEMBRO 06  Barão de Cocais, Pará de Minas Taiobeiras, Porteirinha	SEXTA-FEIRA NOVEMBRO 08  BRADESCO	
SEGUNDA-FEIRA NOVEMBRO 11  SICOOB	TERÇA-FEIRA NOVEMBRO 12  Dores do Indaia, Ipapeçerica Arcos, Bom Despacho, Oliveira	TERÇA-FEIRA NOVEMBRO 12  SAAE	TERÇA-FEIRA NOVEMBRO 19  Lambari, Plumhi, Passa Quatro Paraguçu, Monte Belo
QUARTA-FEIRA NOVEMBRO 20  Viçosa, Ponte Nova Manhumirim, Mar de Espanha	TERÇA-FEIRA NOVEMBRO 26  Monte Alegre de Minas, Uberaba, Santa Vitória	QUARTA-FEIRA NOVEMBRO 27  Bom Despacho, Lagoa da Prata Monte Carmelo	

\* Confira a lista completa no site do leiloeiro

37 3242-2218 | 37 9862-5653

leiloesmg@leiloesmg.com.br



## GRUPO CRÉDITO

Administração judicial com atuação  
em diversas comarcas:

Jacutinga/MG

Carmo do Cajuru/MG

Muzambinho/MG

Pirapora/MG

Passa Quatro/MG

dentre outras...

# Minas Gerais recebe a 1ª Apac Juvenil do mundo

## Unidade foi inaugurada pelo presidente do TJ em Frutal

GEORGIA BAÇVAROFF



**Magistrados e representantes de outros Poderes e da sociedade civil participaram da inauguração**

**POR GEÓRGIA BAÇVAROFF E  
IZABELA MACHADO**

**A primeira Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) Juvenil do mundo foi inaugurada no dia 4 de outubro, em Frutal, no Triângulo mineiro. A inauguração foi feita no dia em que a cidade completou seus 132 anos e contou com a presença de autoridades dos Três Poderes. O método apaquiano está presente em mais de 120 cidades no Brasil e em países como Colômbia, Costa Rica, Chile e Uruguai.**

Na unidade, que foi batizada de Apac Juvenil Centro Educacional Doutor Mário Ottoboni, será adotado o projeto piloto de aplicação da metodologia apaquiana junto a menores em conflito com a lei.

Na solenidade de inauguração, o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Nelson Missias de Moraes, falou da alegria em voltar à Comarca de Frutal para inaugurar a unidade da Apac Juvenil e agradeceu o empenho de todos os responsáveis

pela iniciativa. Segundo ele, na Apac Juvenil, a realidade será bem diferente daquela presenciada em outras Apacs, pois a unidade irá receber jovens naturalmente imaturos e certamente ansiosos por conhecerem e desfrutarem a vida, mas ainda sem a consciência completa do que os espera.

“Precisaremos de cautela no trato com todos eles, de modo que associem sua passagem por aqui à necessidade de se prepararem dignamente para uma vida produtiva e feliz. Não poderemos nos comportar como carcereiros nem como meros tutores, mas não deveremos abrir mão de nossa responsabilidade de orientadores do processo de crescimento desses jovens, potencialmente homens, com um futuro a construir”, observou Nelson Missias.

Para o presidente do TJMG, a inauguração, além de fortalecer cada vez mais o método apaquiano, ensinará a todos que é preciso construir também alternativas para o tratamento dos menores infratores. “Esse é um passo inovador e irá merecer de todos nós

atenção redobrada, para garantir que ele seja bem-sucedido”, disse.

Defensor do método apaquiano, o magistrado destacou o apoio do Judiciário mineiro na criação de centenas de vagas nas Apacs em Minas Gerais e o incentivo de autoridades de todo o País para a valorização do sistema apaquiano. “Sabemos que a solução virá com o fim da desigualdade social e econômica e com o investimento na educação básica. Mas a realidade é essa e é dentro dela que se deve pautar o trabalho realizado na Apac Juvenil”, afirmou.

## NOVO CAMINHO

O vice-presidente Administrativo da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, participou da inauguração e afirmou que a criação da Apac Juvenil é uma atitude de coragem e representa uma nova possibilidade de um tratamento diferenciado para o sistema socioeducativo de Minas Gerais. “Este é um momento de profunda observação do que está por vir, e o futuro desses menores que serão atendidos na Apac pode ser uma verda-

deira luz na redução da criminalidade”, observou o magistrado.

O diretor executivo da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC), Valdeci Antônio Ferreira, explicou que Frutal foi escolhida para receber o projeto piloto porque na comarca já funciona uma Apac masculina e outra feminina, e existe ali uma comunidade envolvida e participativa.

“A FBAC participou, desde o início, da elaboração do projeto pedagógico e do plano arquitetônico da unidade, pois para essa experiência juvenil precisam ser considerados vários fatores. Principalmente, o fato de que a psicologia do adolescente infrator é diferente da do adulto infrator”, afirmou Valdeci Ferreira.

A iniciativa contou com o apoio do Executivo e do Legislativo, da OAB local, da Defensoria Pública e, em especial, do Judiciário e do Ministério Público.

## RESSOCIALIZAÇÃO

Frutal situa-se em um ponto estratégico para o tráfico de drogas, pois o município faz divisa com cidades de São Paulo e fica no entroncamento entre duas importantes rodovias do País – BRs 153 e 364 – que são rotas de organizações criminosas. De acordo com o juiz da Vara Criminal e da Infância e da Juventude e diretor do Foro da Comarca de Frutal, Gustavo Moreira, por conta dessa localização estratégica, a cidade sofre investidas pesadas de facções criminosas, que têm por prática cooptar menores para a prática de diversos crimes. “Cerca de 80% dos crimes praticados no Brasil têm relação com

IZABELA MACHADO

o tráfico. Isso fez com que tivéssemos, em Frutal, muitos menores em conflito com a lei”, afirmou o juiz.

Em razão desse volume elevado de menores infratores e da necessidade de ressocializá-los, Frutal se destacou por desenvolver inicialmente esse projeto. “Ter a oportunidade de inaugurar um Centro Socioeducativo Juvenil, sob a gestão da Apac, significa investir no ser humano em seu momento mais sensível”, destacou o magistrado.

Gustavo Moreira disse ser de co-

**“Certamente, a unidade será um divisor de águas na recuperação de menores em conflito com a lei”**

Juiz Gustavo Moreira

nhecimento geral o fato de a maioria da população carcerária do País ter idade entre 18 e 25 anos. Boa parte deles pratica atos infracionais que não foram objeto de responsabilização ou aplicação de medidas socioeducativas.

Por isso, segundo o juiz, a Apac Juvenil passou a ser uma opção mais efetiva, mais barata e que, verdadeiramente, é capaz de ressocializar o indivíduo porque busca não apenas educar os menores por meio do ensino, mas também profissionalizá-los, integrá-

-los à sociedade, trabalhar com eles a espiritualidade e aproximá-los da família. “Investir em um centro de ressocialização de menores tem por escopo buscar construir uma sociedade mais justa, pacificada e igualitária em oportunidades àqueles que se encontram em período de formação. Certamente, a unidade será um divisor de águas na recuperação de menores em conflito com a lei”, declarou o juiz.

## A UNIDADE

A Apac Juvenil de Frutal tem quatro mil metros quadrados de área total, sendo 1.206 metros quadrados de construção, divididos em área administrativa, regime semiliberdade, regime de internação provisória e regime de internação, com capacidade para abrigar um total de 60 jovens.

No espaço lúdico, na área externa, há uma área de jardinagem de mil metros quadrados e uma quadra de areia. A área administrativa é composta por recepção, sala da diretoria, sala de apoio aos plantonistas, sala administrativa e salas de atendimento odontológico, psicológico e de assistência social, cozinha, dispensa e varandas e banheiros acessíveis.

Em seu nome, o centro educacional homenageia o idealizador da metodologia apaquiana. Estudioso do sistema penitenciário brasileiro, Mário Ottoboni criou, na década de 1960, um grupo para avaliar de perto a realidade nos presídios e estudar o tema. Dessa experiência, e sob a liderança dele, surgiu o método Apac.●



Prédio da Apac juvenil em Frutal, no Triângulo Mineiro

# O PAPEL DAS AVALIAÇÕES TÉCNICAS NA EXECUÇÃO PENAL

THIAGO COLNAGO CABRAL\*

**A**s avaliações técnicas na execução penal são o único instrumento transdisciplinar a viabilizar abordagem do fenômeno da criminalidade e da pessoa do condenado.

Tais avaliações são reflexo no Direito do atual estágio da Criminologia, especificamente em seu enfoque clínico, identificando fatores psicológicos e sociais associados à prática do delito, em relação aos quais haverão de incidir as medidas de dissuasão próprias da reintegração social.

A despeito de a legislação manter a previsão da realização de exames para

hipótese sobre sua conduta futura e a elaboração de programa dirigido à sua reintegração social.

Indiscutível a pertinência da adequada aplicação de exames psicológicos de natureza projetiva para o processo de reintegração social, eis que estes, a par de não maculados pelo predeterminismo inerente ao biologicismo, são dotados de importância na definição de prognóstico psicológico indicativo de condutas futuras.

Logo, não se pode deixar de perceber que os instrumentos avaliativos da legislação refletem a superação do biologicismo em prol do

isolada da Psicologia.

Logo, o exame criminológico sintetiza a essência da Criminologia Clínica, tendo em vista que elabora diagnóstico atinente aos fatores sociais e psicológicos que permearam a conduta criminosa do sujeito, viabilizando conclusão acerca da provável reação do indivíduo frente à incidência das mesmas circunstâncias em evento futuro.

Já o exame de personalidade é parte do processo de classificação, perpetrado a partir do início do cumprimento da pena, com o objetivo de definir medidas adequadas à sua individualização.

De seu turno, as avaliações da Comissão de Classificação promovem acompanhamento cotidiano do sentenciado no cumprimento da pena, servindo à aferição da adequação do empreendimento estatal de

**“LOGO, NÃO SE PODE DEIXAR DE PERCEBER QUE OS INSTRUMENTOS AVALIATIVOS DA LEGISLAÇÃO REFLETEM A SUPERAÇÃO DO BIOLOGICISMO EM PROL DO RECONHECIMENTO DA CRIMINALIDADE COMO FENÔMENO PSICOSSOCIAL MULTIFACETÁRIO, A DEMANDAR UMA ABORDAGEM CIENTÍFICA”**

direcionar a execução da pena, não poderão as deliberações referentes a cada um dos sujeitos encarcerados estar baseadas em critérios biologicistas, pena de violação ao dogma da culpabilidade e incursão em medida típica do Direito Penal do inimigo.

Tal entrelaçamento entre as ciências, com redução da influência da Medicina e da Antropologia Criminal, acompanhada do aumento da relevância da Psicologia Criminal e da Criminologia, contribui para que parte da doutrina insista em ver, na reintegração do apenado, um viés terapêutico, sobretudo porque os métodos de atuação das ciências da saúde são idênticos, através de diagnósticos, prognósticos e ação terapêutica.

A realização de exames para direcionar a abordagem estatal no curso do cumprimento da pena não revela reducionismo biologicista, sobretudo porque estes se prestam, no cenário atual da Criminologia Clínica, à demonstração do perfil do encarcerado, permitindo a formulação de

reconhecimento da criminalidade como fenômeno psicossocial multifacetário, a demandar uma abordagem científica.

As mencionadas colocações indicam a validade e, principalmente, a importância das avaliações técnicas na Execução Penal, enquanto instrumental científico destinado à reintegração social do apenado.

A legislação estabelece 3 espécies de avaliações técnicas no curso da execução da pena: o exame criminológico, o exame de personalidade e os relatórios das Comissões Técnicas de Classificação.

A distinção entre exame de personalidade e exame criminológico não reside apenas no objeto (essência da personalidade versus associação entre fatores pessoais e determinada conduta definida como crime), alcançando ainda seus métodos, tendo em vista que enquanto aquele utiliza testes psicológicos, este tem atuação multidisciplinar, transcendendo visão

reintegração social do apenado.

Assim, as avaliações da Execução Penal gozam de interdisciplinaridade fundamental ao propósito de promoção da reintegração social do apenado inerente ao cotidiano do cárcere. ●

*[\*] Juiz da 3ª Vara de Tóxicos de Belo Horizonte. Mestrado em Direito na USP. Orientador, tutor e conteudista de cursos de formação e aperfeiçoamento, presenciais e à distância, de magistrados da Enfam-STJ, da Ejef-TJMG e da Escola Judicial Eleitoral do TRE-MG. Professor do Curso Preparatório Supremo. Membro do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - IBCCRIM. Participante de cursos da École Nationale de La Magistrature - França e do Consejo General del Poder Judicial - Espanha. Ganador do Prêmio Innovare em 2013. O tema deste artigo é aprofundado no livro “Prisões, Pessoas Presas e Justiça Penal: contribuições interdisciplinares na contemporaneidade”, do qual o magistrado é colaborador*

# Capital Inicial levará nova turnê ao Congraçamento

## Encontro de final de ano reunirá magistrados de todo o Estado

Com a turnê do disco 'Sonora', o Capital Inicial irá embalar o Encontro de Congraçamento da Magistratura Mineira que será realizado no dia 30 deste mês, às 21h, no espaço para eventos Domus XX, localizado no bairro Jardim Canadá, em Nova Lima [Grande BH].

Durante o show, a banda irá apresentar hits como 'Quatro Vezes Você', 'A Sua Maneira', 'Não Olhe Pra Trás', 'Que País É Esse', 'Natasha' e músicas de seu mais recente disco, que inclui canções

como 'Não Me Olhe Assim', 'Parado no Ar', 'Tudo Vai Mudar' e 'Universo Paralelo'. O repertório do show conta ainda com a apresentação de clássicos nacionais e internacionais do rock'n'roll.

O Capital Inicial foi criado em 1982, período de efervescência do rock brasileiro, quando surgiu, entre outros, grupos como Legião Urbana, Paralamas do Sucesso e Barão Vermelho. Da sua formação inicial, a banda conta com a presença de Dinho Ouro Preto [voz, violão

DIVULGAÇÃO



**Capital Inicial vai animar a festa de fim de ano**

e guitarra), Fê Lemos [bateria] e Flávio Lemos [baixo].

Os ingressos do terceiro lote, com entradas disponíveis para os convidados dos associados, serão vendidos até se esgotar a carga inicial de

entradas previstas. A compra dos bilhetes deve ser feita exclusivamente pelo site amagis.com.br. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail carol@amagis.com.br ou pelo telefone (31) 3079-3499. ●



Uma série completa de exames para os usuários da Amagis Saúde.

Tudo fácil, rápido e gratuito no mês de seu aniversário.

Saiba mais em:  
[www.amagissaude.com.br](http://www.amagissaude.com.br)



FOTOS: AMAGIS

# Alta temporada Carnaval 2020

## Estão abertas as inscrições para colônias de férias



**Colônia de Caldas Novas [GO] conta com estrutura completa de lazer e diversão**

Os associados interessados em se hospedar nas colônias de férias da Amagis no feriado de Carnaval de 2020 já podem se inscrever para concorrer a uma vaga. São cinco opções nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás e Bahia. O período de utilização das colônias no Carnaval do ano que vem será de 21 de fevereiro a 2 de março. O associado e seus dependentes poderão frequentar e fazer uso das colônias de férias. Os convidados terão acesso à colônia em companhia do associado contemplado ou do dependente do associado, sendo vedada a ocupação do convidado sem a presença de um deles.

As inscrições podem ser feitas até o dia 9 de dezembro e o sorteio será realizado no dia 12 de dezembro.

Os associados interessados deverão se inscrever para um só período de temporada, em apenas uma das colônias. No caso de Nova Viçosa, é necessário optar por casa ou apartamento, e, após o sorteio, os associados contemplados terão até cinco dias úteis para efetuar o pagamento referente à temporada sorteada.

Para mais informações, falar com Cácia, do setor de Colônias de Férias da Amagis, pelo telefone: [31] 3079-3459 – ou pelo e-mail: [cacia@amagis.com.br](mailto:cacia@amagis.com.br)

As colônias estão situadas em Ubatuba [SP], Cabo Frio [RJ], Caldas Novas [GO], Caxambu [MG] e Nova Viçosa [BA].●



**Colônia de Nova Viçosa [BA]**

## CONVÊNIOS

### ● **Atrium Turismo**

Desconto de 2% para associados nas passagens aéreas nacionais e internacionais.

**Telefone:** [31] 2129-8000

**Endereço:** Desembargador Jorge Fontana, 428, Belvedere, Belo Horizonte - MG

**Site:** [atriumturismo.com.br](http://atriumturismo.com.br)

### ● **Bem Viver**

A empresa oferece 5% de desconto aos associados sobre o valor da mensalidade dos serviços das resi-

dências da Unidade Cidade Jardim e Unidade Pampulha e 5% de desconto nos três primeiros meses para a modalidade centro dia.

**Telefone:** [31] 2515-1518

**Endereço:** Sinal de Sá, 626, Cidade Jardim, Belo Horizonte - MG

**Site:** [www.espacobemviverbh.com.br](http://www.espacobemviverbh.com.br)

### ● **By the World Idiomas**

Desconto de 30% para associados, funcionários da Amagis e familiares em cursos de línguas estrangeiras.

**Telefone:** [31] 3332-0886

**Endereço:** Rua Oeste, 305, Prado, Belo Horizonte - MG

### ● **Defender Clube de Trio defensivo e Caça**

Desconto de 50% na anuidade, nos cursos, nos serviços de despachantes e inscrições em competições internas.

**Telefone:** [31] 3097-0100

**Endereço:** Alameda do Ingá, 754, 3º andar, Vale do Sereno, Nova Lima - MG

**Site:** [defender.esp.br](http://defender.esp.br)

# Domingo no Parque tem festa para as crianças

## Projeto reforça laços entre a Magistratura e familiares

**Com muita alegria e descontração. Foi assim que Amagis recebeu os associados e familiares em seu Parque Esportivo da Associação, em 13 de outubro, na segunda edição do projeto Domingo no Parque – especial Dia das Crianças, que contou com uma série de atrações, como pular-pula, algodão doce, pipoca e show de mágica.**

Na avaliação da juíza Maria Isabel Fleck, diretora do Parque Esportivo, com o êxito da estreia, a diretoria da Associação decidiu pela realização de novas edições do projeto, procurando aprimorar, cada vez mais, as opções de descanso, lazer e convivência oferecida aos magistrados. “A intenção da Presidência, na pessoa do desembargador Alberto, é a Amagis estar, cada vez mais, ao lado do associado, agregando valores, convivência e com uma melhor forma de integração”, afirmou.

O vice-presidente Sociocultural-Esportivo da Amagis, juiz Jorge Paulo, reforçou a importância da

realização de atividades de congraçamento não só para o fortalecimento da classe, mas também como forma de descontrair. Ele destacou que a diretoria pretende realizar novas edições do projeto, torneios e outras atividades socioculturais. “É nossa intenção promover o Domingo no Parque, outros encontros e torneios. Tudo isso para, cada vez mais, unir a Magistratura. Já disse e repito: a Amagis é a casa do magistrado. A Amagis é nossa casa. Onde a gente se encontra, onde podemos nos despir da roupa sisuda do magistrado para sermos, junto com nossa família, um ser humano normal e aproveitar a vida”, concluiu.

Para a juíza Rosimere Couto, vice-presidente de Saúde da Amagis, iniciativas como essa não só valorizam as unidades sociais da Associação, como são importantes para promover a integração da classe e contribuir para o bem-estar dos magistrados. “Esse tipo de evento é muito importante, porque não só congrega os magis-

FOTOS: FERNANDA MARQUES



**Crianças se divertiram na sede esportiva**

trados como as famílias também. É importante que todos participem. Enquanto as crianças se divertem com todo apoio, os adultos podem descansar”, comentou.

### NUTRIS

Como parte da celebração do dia das crianças, a Amagis abriu suas portas para os alunos do Núcleo de Trabalho e Integração Social (Nutris). No dia 9 de outubro, eles puderam se divertir no Parque Esportivo da Associação, com banho de

piscina, brincadeiras e um almoço coletivo.

A vice-presidente do Nutris, Marlene Fernandes, acompanhou de perto a festa e destacou a alegria em estar presente nesses momentos. “É muito satisfatório ver e poder proporcionar a alegria das crianças e adolescentes aqui no Parque Esportivo”, afirmou ao agradecer a Amagis. Os interessados em contribuir com o Nutris podem ligar para (31) 3485-6035 ou (31) 3079-3471. ●



**Magistrados e familiares curtiram a descontração**



**Maria Isabel Fleck, Agnaldo Pereira e Jorge Paulo**



DIVULGAÇÃO

## BAÚ DE ACORDES

## Milton Nascimento

**Tiago Parrela** - O cantor e compositor Milton Nascimento fará, no dia 15 de dezembro, show de encerramento da Turnê Clube da Esquina, no anfiteatro do Estádio Mineirão, em Belo Horizonte.

A Turnê reúne os discos Clube da Esquina e Clube da Esquina 2 e músicas ainda não executadas ao vivo. Entre as canções do repertório, estão presentes Clube da Esquina 2, o Trem Azul, Cais, Cravo e Canela, Maria Maria e Nada Será Como Antes.

Com influências da bossa nova, dos elementos do jazz, do rock, das representações musicais mineiras e da latinidade, o álbum Clube da Esquina inaugurou um dos movimentos mais importantes

da música brasileira. Jovens artistas se reuniram para cantar e compor as manifestações culturais, artísticas e afetivas mineiras, entoando a liberdade, o sonho, a luta, o amor, a amizade, a música, a juventude, a fé, a esperança, a dor, os mistérios, entre outros temas universais presentes nas canções e na vida.

O movimento reuniu diversos artistas brasileiros: Milton Nascimento, os irmãos Borges (Lô, Marilton e Márcia), Ronaldo Bastos, Fernando Brant, Beto Guedes, Flávio Venturini, Wagner Tiso, Toninho Horta, Murilo Antunes, Tavinho Moura, entre tantos outros, que emprestaram todo o seu talento à música brasileira.

Em entrevista ao jornal O Globo, Milton contou algumas curiosidades sobre o repertório. Entre elas, a história da música "Maria Maria", que, segundo ele, Maria existiu, mas quem a conheceu foi Fernando Brant, que contou a história de uma mulher extremamente forte, que morava sozinha na beira de um trilho de trem em Minas e sustentava, sozinha, três filhos.

No mês passado, Milton recebeu o Prêmio do Compositor Brasileiro pelo conjunto da obra, criado pela União Brasileira de Compositores (UBC), em 2017, e já entregou também a Gilberto Gil e Erasmo Carlos. ●

## AGENDA CULTURAL

## MÚSICA

## ● TIAGO IORC

Data: 23 de novembro

Horário: 22h

Local: Km de Vantagens Hall (BH)  
Ingressos: Pista/arquibancada R\$ 140 [inteira] e R\$ 70 [meia]; mesa 1 R\$ 180 [inteira] e R\$ 90 [meia]; mesa 1 com quatro lugares R\$ 720; mesa 2 R\$ 280 [inteira] e R\$ 120 [meia]; mesa 2 com quatro lugares R\$ 640

Informações: premier.ticketsforfun.com.br

## ● SPC 30 ANOS

Data: 29 de novembro

Horário: 22h

Local: Km de Vantagens Hall (BH)  
Ingressos: Pista/arquibancada R\$ 80 [inteira] e R\$ 40 [meia]; mesa 1 R\$ 120 [inteira]; mesa 1 com quatro lugares R\$ 480; mesa 2 R\$ 100 [inteira]; mesa 2 com quatro lugares R\$ 400

Informações: premier.ticketsforfun.com.br

## ● TITÃS - ACÚSTICO

Data: 30 de novembro

Horário: 22h

Local: Km de Vantagens Hall (BH)  
Ingressos: Pista/arquibancada R\$ 80 [inteira] e R\$ 40 [meia]; mesa 1 com

quatro lugares R\$ 500; mesa 2 com

quatro lugares R\$ 400

Informações:

premier.ticketsforfun.com.br

## ● PADRE FÁBIO DE MELO

Data: 14 de dezembro

Horário: 20h30

Local: Km de Vantagens Hall (BH)  
Ingressos: Pista/arquibancada R\$ 120 [inteira] e R\$ 60 [meia]; cadeira premium R\$ 250 [inteira] e R\$ 125 [meia]; cadeira setor 1 R\$ 220 [inteira] e R\$ 110 [meia]; cadeira setor 2 R\$ 190 [inteira] e R\$ 95 [meia]

Informações:

premier.ticketsforfun.com.br

## ● LEGIÃO URBANA TRIBUTOSHOW - PAIS E FILHOS

Data: 17 de novembro

Horário: 21h

Local: Cine Theatro Brasil  
Ingressos: plateia I, R\$ 80 [inteira] e R\$ 40 [meia]; plateia II R\$ 70 [inteira] e R\$ 35 [meia]

Informações:

cinetheatrobrasil.com.br

## ● DONA JANDIRA

Data: 21 de novembro

Horário: 20h

Local: Cine Theatro Brasil  
Ingressos: R\$ 20 [inteira] e

R\$ 10 [meia]

Informações:

cinetheatrobrasil.com.br

## ● MART'NÁLIA CANTA VINÍCIUS

Data: 22 de novembro

Horário: 21h

Local: Palácio das Artes  
Ingressos: plateia I, R\$ 160 [inteira] e R\$ 80 [meia]; plateia II R\$ 130 [inteira] e R\$ 65 [meia], plateia superior R\$ 100 [inteira] e R\$ 50 [meia]

Informações: (31) 3236-7400

## ● MARIA BETHÂNIA

Data: 23 de novembro

Horário: 21h

Local: Palácio das Artes  
Ingressos: plateia A1, R\$ 600; plateia A2, R\$ 550; plateia B1, R\$ 450; plateia B2 R\$ 350, plateia superior 1 R\$ 300, plateia superior 2 R\$ 250\*

Informações: (31) 3236-7400

## ● GABRIEL SATER - QUANDO FOR A HORA

Data: 28 de novembro

Horário: 19h

Local: Cine Theatro Brasil  
Ingressos: R\$ 60 [inteira] e R\$ 30 [meia]

Informações:

cinetheatrobrasil.com.br

## PENSAMENTO JURÍDICO

### Moradores de rua

Segundo o Ministério da Cidadania, Belo Horizonte tem 7.824 pessoas em situação de rua, número superior ao da população de 411 municípios de Minas. Qual é o papel do Judiciário ante a falta de políticas públicas para esse segmento? Conversamos com o juiz Sergio Henrique Caldas Fernandes, da 23ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, que abordou os desafios da sociedade. [Foto]



### Audiências de Interdição

O Pensamento Jurídico debateu as audiências de interdições na casa do jurisdicionado. Como funciona essa experiência? Quais as condições em que elas são realizadas? Quais os alcances da decisão judicial? Conversamos sobre o assunto com juiz auxiliar da Comarca de Vespasiano [Grande BH], Gustavo Câmara Corte Real, apoiador da iniciativa e do papel inovador do Judiciário.

### Homenagem aos aposentados

Em reconhecimento e gratidão aos magistrados que dedicaram suas vidas à Justiça Estadual e à Magistratura mineira e se aposentaram no ano de 2018, a Amagis reservou o dia 30 de agosto deste para homenageá-los, destacando a trajetória e a contribuição de cada um deles. O Pensamento Jurídico esteve presente e fez uma edição especial sobre o evento que aconteceu em BH.

### Código de Defesa do Consumidor

O Código de Defesa do Consumidor completou 29 anos no último mês de setembro e tem como principal desafio acompanhar as novas relações de consumo. Quais as conquistas do Código de Defesa do Consumidor? O que falta para que seja mais efetivo? Para falar sobre esse assunto, convidamos o juiz Rodrigo Moraes Lamounier Parreiras, do Juizado Especial Cível de Belo Horizonte.

**TV JUSTIÇA** Sábado, às 12h [Canais 7, 117, 901 ou 5] - **TV COMUNITÁRIA** Sábado, às 22h [Canais 6 ou 13]

## VIA JUSTIÇA

### Lei da Liberdade Econômica

A Lei da Liberdade Econômica [setembro de 2019] reduz a intervenção do Estado nas atividades econômicas e altera diversas regras trabalhistas. Como será agora a atuação do Estado como agente regulador? Para participar do programa, convidamos o desembargador Bruno Terra Dias, da 6ª Câmara Criminal do TJMG, e o advogado Rômulo Brasil, especialista em Direito do Consumidor. [Foto]



### Direito Imobiliário

O programa discutiu o Direito Imobiliário, tendo como foco a Lei 13.786/18, apelidada de Lei do Distrato, e as decisões do STJ sobre as regras no atraso da entrega de imóveis. Para falar sobre esse assunto, convidamos os advogados Marcelo Barbosa, coordenador do Procon da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, e Kênio Pereira, especialista em Direito Imobiliário.

### Direitos das crianças

Convidamos a juíza Andréa Luiza Franco de Souza, da Vara Cível da Infância e da Juventude de Belo Horizonte, e a promotora de Justiça Paola Domingues Botelho, coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça das Crianças e dos Adolescentes [Caodca], para falar sobre a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança que completou 30 anos em 2019.

### Importunação Sexual

Em setembro, a Lei de Importunação Sexual completou um ano de vigência e ainda conta com inúmeros desafios a serem superados. Como foi o primeiro ano de vigência e quais são os desafios? Participaram do programa, a juíza Anna Carolina Goulart Martins e Silva, da Vara Criminal da Comarca de Sabará, e a advogada Carla Silene Lisboa, diretora do Instituto de Ciências Penais.

**TV JUSTIÇA** Quarta-feira, às 9h30 [Canais 7, 167, 21 ou 5] - **TV ASSEMBLEIA** Sexta-Feira, às 23h [Canais 11, 61.2 ou 35]  
**TV COMUNITÁRIA** Sexta-Feira, às 23h30 [Canais 6 ou 13]

# A psicologia do dinheiro

## Como a mente influencia nossa relação com as finanças

**Dan Ariely, professor da Universidade Duke, dos Estados Unidos, lançou recentemente no Brasil o livro 'A Psicologia do Dinheiro'. Na obra, o autor, que é especialista em economia comportamental, ultrapassa a ideia de que as finanças são algo exclusivamente ligado aos números e à racionalidade e analisa a relação das pessoas com o dinheiro com base na psicologia.**

As pesquisas ligadas à economia comportamental, aliás, não são novidade, mas ganharam musculatura e divulgação nos últimos anos, especialmente após o economista americano Richard Thaler ter recebido, em 2017, o 'Nobel de economia' [veja ao lado curiosidade sobre a denominação 'Prêmio Nobel de Economia'], por sua pesquisa sobre as consequências dos mecanismos psicológicos e sociais nas decisões dos consumidores e dos investidores.

No livro de Dan Ariely, o professor aborda os principais erros cometidos pelas pessoas quando o assunto é dinheiro. Quando uma loja coloca preços promocionais em alguns produtos,

como uma camisa de R\$ 200,00 por R\$ 110,00, a maior parte das pessoas tende a pensar na situação como a perda de grande oportunidade caso não compre a camisa, pois estará deixando de "economizar" os R\$ 90,00 relativos ao desconto, sem pensar mais detalhadamente se o preço com o desconto, R\$ 110,00, é mesmo razoável. Os exemplos são vários e vão desde questões mais comuns até outras mais complexas.

Conhecer os caminhos pelos quais nossa mente percorre quando lidamos com dinheiro pode nos ajudar a ter uma relação mais saudável com nossas finanças. Mas de acordo com o autor, sempre haverá uma dose de irracionalidade nessa relação e, para diminuir esse conflito, ele recomenda a criação de regras. "Fazer dieta e poupar são coisas muito similares. Nunca é divertido guardar dinheiro hoje, nem comer comida saudável. As regras funcionam como uma religião. As pessoas que não comem carboidratos, elas cortam tudo porque é mais fácil do que contar calorias. É mais fácil tirar uma categoria do que ficar sempre

pensando e calculando o que fazer. Toda vez que você cria um sistema que exige que alguém fique sempre pensando nele não dá certo. O que dá pra fazer é criar algo que é como uma regra que dê pra executar sem pensar muito e possa se acostumar a ela," afirma Ariely.●

### "NOBEL DE ECONOMIA"

*O nome oficial da "Nobel de Economia" é Prêmio do Banco da Suécia para as Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel. Quando Alfred Nobel morreu, em 1896, ele deixou prevista, em seu testamento, a criação de um prêmio que destacaria feitos em cinco categorias: Física, Química, Medicina, Literatura e Paz. O prêmio de economia foi incluído apenas em 1968 e, apesar da escolha dos ganhadores também ser feita pela Academia Real das Ciências da Suécia, o dinheiro para o pagamento da premiação de 1 milhão de dólares vem do Banco da Suécia e não da Fundação Nobel.*

## NOVEMBRO AZUL

No combate ao câncer de próstata



Sua saúde depende da sua atitude



# BENEFICIÁRIOS AMAGIS SAÚDE TÊM DESCONTO

## NAS REDES



A Amagis Saúde firmou convênio com a rede de drogarias Raia Drogasil. A partir de agora, os usuários do plano de saúde têm descontos especiais. Basta apresentar a carteira da Amagis Saúde no ato da compra.

A PARTIR DE

# 25%

**DE DESCONTO**

em medicamentos  
genéricos tarjados

A PARTIR DE

# 15%

**DE DESCONTO**

em medicamentos  
de marca tarjados

Descontos especiais nos itens de higiene pessoal, perfumaria e beleza por meio de ofertas mensais e diárias



Convênio válido para as 1.845 lojas das redes Droga Raia e Drogasil em todo o País.  
125 delas são em Minas Gerais

# Plano mobiliza magistradas com a campanha Outubro Rosa

## Ação de conscientização foi realizada de 21 a 24 de outubro

TIAGO PARRELA



**Sede do TJMG foi o primeiro local a receber a ação da Amagis Saúde**

**A Amagis Saúde realizou, de 21 a 24 de outubro, a campanha Outubro Rosa em diversas unidades jurisdicionais de Belo Horizonte, para reforçar a importância da prevenção ao câncer de mama.**

Para incentivar a prevenção ao câncer de mama, a Amagis Saúde isentou as usuárias do plano do pagamento da taxa de coparticipação dos exames de mamografia em todo mês de outubro.

A ação de conscientização foi realizada no dia 21 no Tribunal de Justiça de Minas Gerais [TJMG], reunindo a diretoria da Amagis com as desembargadoras e desembargadores do Tribunal. Já no dia 22, a vice-presidente de Saúde da Amagis, juíza Rosimere das Graças do Couto, foi ao Fórum Lafayette, unidade Barro Preto. No dia 23, a campanha foi até a unidade Raja Gabaglia e, no dia 24, ao Juizado Especial, unidade Francisco Sales.

A vice-presidente de Saúde observou que a iniciativa da Associação

é uma forma de alertar e sensibilizar as magistradas para uma doença grave que acomete a cada ano milhares de mulheres. "Nós sabemos que quanto mais precoce for o diagnóstico, maior a possibilidade de cura. Por isso, é tão importante que as mulheres façam o exame anualmente", afirmou Rosimere Couto.

A 3ª vice-presidente do TJMG, desembargadora Mariângela Meyer, destacou que a Amagis está sempre à frente, incentivando associadas e associados a adotarem uma rotina de cuidados permanentes com a saúde.

A juíza Cláudia Costa Cruz disse que, além das campanhas de conscientização que a Amagis tem promovido, os programas de prevenção à saúde, como o Programa Check-Up, têm chamado a atenção dos associados para os cuidados com a saúde.

A 2ª vice-presidente do Tribunal, desembargadora Áurea Brasil, afirmou

que a conscientização precisa ser renovada ano a ano, uma vez que o exame periódico é essencial.

A juíza Maria Luiza Santana Assunção lembrou a importância da prevenção uma vez que, depois de descoberta a doença, as expectativas são mais difíceis, além do desgaste emocional pelo qual passa a paciente.

### A DOENÇA

O câncer de mama é um dos tipos mais comuns da enfermidade em mulheres, com aproximadamente 25% de novas incidências por ano.

Os sinais mais comuns do câncer de mama são nódulos no seio, um caroço fixo, endurecido e, geralmente, indolor, alterações e saída espontânea de líquidos dos mamilos. A prevenção é simples, mas exige hábitos de vida saudáveis, como a prática de atividades físicas, alimentação saudável, peso adequado e evitar o consumo de bebidas alcoólicas. ●



#### PRESIDENTE

Desembargador Alberto Diniz Junior

SUPLEMENTO DO PLANO DE SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS AMAGIS

#### DIRETORIA DA AMAGIS SAÚDE:

##### Vice-presidente de Saúde

Juíza Rosimere das Graças do Couto

##### Diretor de Saúde

Desembargador Edison Feital Leite

##### Diretora Financeira

Juíza Flávia Birchal

##### Conselho Gestor:

##### Segunda Instância

Geraldo Domingos Coelho

Marco Aurélio Ferenzini

#### Suplentes

Valéria da Silva Rodrigues Queiroz

Edison Feital Leite

#### Juízes da Capital

Flávia Birchal de Moura

Kenea Marcia Damato de Moura Gomes

#### Suplentes

Clayton Rosa de Resende

Guilherme Azeredo Passos

#### Juízes do Interior

Dalton Soares Negrão

Fábio Torres de Sousa

#### Suplentes

Marcos Alberto Ferreira

Marcelo Carlos Cândido

#### Aposentados

Ana Maria de Oliveira Froes

José Maria dos Reis

#### Suplentes

José Nicolau Masseli

Paulo Mendes Álvares

#### Ouvidora da Amagis Saúde

Juíza Kenea Márcia Damato de Moura

Gomes

#### Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo · Mtb - MG: 11008

#### Jornalistas:

Georgia Baçvaroff · Mtb - MG: 08441

Fernanda Marques · Mtb - MG: 12188

Tiago Parrela · Mtb - MG: 14634

Izabela Machado · Mtb - MG: 11210

**Projeto Gráfico:** Agência Graffo

**Diagramação:**

Publicare Design

**Pré-impressão/Impressão:**

Gráfica e Editora Del Rey

# Confira a galeria de fotos do evento

FOTOS: TIAGO PARRELA



**Diretoria levou a campanha ao TJMG, Fórum Lafayette (Raja e Barro Preto) e Juizado Especial de BH**

# Cuidados simples evitam doenças nos olhos

## Hábitos comuns podem garantir boa saúde ocular

**Chamados de janelas ou espelhos da alma, os olhos são um dos órgãos responsáveis pela visão, um dos cinco sentidos humanos. É por sua importância para as pessoas, como demonstra a licença poética, que cuidados simples podem evitar problemas de visão e garantir uma boa saúde ocular.**

Esse é o alerta feito pelo médico oftalmologista Carlos Heler Diniz, diretor do Instituto Mineiro de Olhos (Imol), para quem cuidados como lavar as mãos ao lidar com os olhos e utilizar óculos de sol são exemplos simples de cuidados. Entretanto, da mesma forma que os cuidados podem fazer parte do nosso dia a dia, alguns hábitos rotineiros, como coçar os olhos, podem ser nocivos à saúde ocular.

Portanto, conforme observou o especialista, prevenir sempre é a melhor forma de evitar problemas de visão. Na infância, é importante que seja realizado, ainda na maternidade, o “teste do olhinho” nos recém-nascidos. A avaliação oftalmológica completa, que deve ser iniciada antes da alfabetização, é outra medida importante, de acordo com Diniz. “O uso de óculos de grau [quando necessários] não apenas solucionam as dificuldades identificadas, mas previnem problemas oculares futuros”, comentou. Já na idade adulta, é importante estar atento ao histórico de doenças oculares na família, observou o médico.

Entre os problemas mais comuns para os olhos, o oftalmologista apontou os chamados de erros de refração, como miopia, hipermetropia, astigmatismo, ‘vista cansada’ e outros, que podem ser tratados com o uso de óculos, lentes de contato ou mesmo com correção cirúrgica. Nesse conjunto, Diniz incluiu enfermidades infecciosas como conjuntivites.

DIVULGAÇÃO



### Crianças também devem ser avaliadas

Com relação às doenças congênitas, o especialista informou que as mais comuns são a glaucoma e a catarata. “Quase todas as doenças oculares, mesmo as mais simples, podem evoluir para uma situação mais grave. O tratamento oportuno torna-se, portanto, fundamental. Aqueles que lesam a retina ou o nervo óptico podem sofrer sequelas irreversíveis”, alertou o oftalmologista.

De acordo com Diniz, olho vermelho, dor nos olhos, lacrimejamento, secreção excessiva e a baixa significativa de visão são alguns dos sintomas que podem indicar a existência de problemas nos olhos. *Acesse o site [amagissaude.com.br](http://amagissaude.com.br) e consulte os oftalmologistas credenciados à Amagis Saúde.*

## ATENDIMENTO PESSOAL E HUMANIZADO

TIAGO PARRELA



Eliete Guimarães

**Cadastro e Reembolso** – A responsável por esse setor é Eliete Guimarães, que trabalha há 21 anos na Amagis Saúde. A funcionária é responsável pela manutenção dos dados cadastrais dos usuários do plano de saúde, seja na inclusão, alteração e exclusão de informações, conforme as solicitações dos associados. Compete ainda ao setor processar os pedidos de reembolso dos associados, observadas as regras estabelecidas no regulamento da Amagis Saúde. Caso tenha mudado de endereço, telefone ou e-mail, informe a Amagis pelo [cadastro@amagis.com.br](mailto:cadastro@amagis.com.br). Essa atualização é importante para que estejamos sempre em contato com você. ●